



Evento: XXX Jornada de Pesquisa ▾

A SAÚDE DA POPULAÇÃO IDOSA E O PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE ¹

Elisiane Bisognin², Ademir Rosa³, Pedro Luís Bittenbender ⁴, João Vítor Mousquer ⁵

¹Produção realizada pela Universidade Regional da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI

²Doutoranda em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UNIJUI), Mestre Gestão Pública (UNAM), Graduada em Enfermagem (UNIFRA); Servidora da Fundação Municipal de Saúde de Santa Rosa (FUMSSAR/RS). Bolsista Prosuc/Capes. E-mail: _elisiane.bisognin@sou.unijui.edu.br;

³Graduado em Administração e Gestão Pública, Pós graduado em Planejamento Estratégico e Marketing, Pós Graduado em Gestão de Mídias digitais, MBA em Executivo de Negócios, Graduando em Inovação em Gestão Pública, Secretário Municipal de Governança e Gestão, Empresário (Sócio proprietário da Universo Negócios e Serviços Empresariais Ltda.) E-mail: ademir@dra.ind.br

⁴Doutor em Administração (UNAM e UFMS), Pós-Doutor em Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFFS), Mestre em Gestão Empresarial (FGV/Ebape), Administrador (Unijui), Professor do Programa de Pós-Graduação PPGDR/UNIJUI. Pesquisador Produtividade CNPq e Pesquisador Gaúcho-Fapergs. E-mail: pedrolb@unijui.edu.br

⁵ Especialista em Direito Público em direito administrativo pela e Administrativo pela Universidade Anhanguera São Paulo, docente na Faculdade de Santo Ângelo (FASA), Sociedade Educacional Três de Maio (SETREM), na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Professor/advogado na FEMA - Fundação Educacional Machado de Assis (FEMA). Bacharel em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS (UNIJUI)

INTRODUÇÃO

A população idosa no contexto mundial cresce em ritmo acelerado. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que entre os anos de 2015 e 2050, a porcentagem dos habitantes do planeta com mais de 60 anos passará de 12% para 22% do total da população e o número de pessoas com 65 anos ou mais deverá chegar a 1,5 bilhões em dentro dos próximos 25 anos (ONU, 2022).

Seguindo a tendência mundial, no Brasil em 1950 os idosos representavam 4,9% da população total, aumentando para 14% em 2020, sendo o grupo etário que mais cresce com incremento médio de 1 milhão de pessoas ao ano (IBGE, 2022). Diferenças nos níveis de desenvolvimento regional brasileiro nos campos sociais, econômicos, culturais e de saúde são temas recorrentes nos estudos e podem ser verificados na pesquisa elaborada por Oliveira e Pinheiro em que associam o crescente envelhecimento populacional e a relação aos



comportamentos de saúde em idosos brasileiros (Oliveira, Pinheiro, 2023).

O Estado do Rio Grande do Sul (RS) apresenta cenário semelhante ao do país na proporção de idosos. Estima-se que a população de idosos do Rio Grande do Sul irá mais do que duplicar no período de quatro décadas.

O envelhecimento populacional é uma realidade incontestável que agrega desafios ao desenvolvimento de políticas públicas que venham ao encontro das necessidades crescentes da população idosa considerando as singularidades (Souza, 2018). Necessita de ações planejadas, visando políticas públicas que atendam às demandas crescentes da população idosa com suas particularidades e necessidades de cuidados específicos.

A complexidade das demandas de saúde apresentadas pelos idosos exige das entidades a capacidade de responder adequadamente às suas necessidades. A Estratégia Global sobre Envelhecimento e Saúde da OMS em 2016 aprofunda a discussão, sinalizando que o envelhecimento saudável está presente em 15 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (OPAS, 2016).

Referente ao planejamento em saúde no contexto municipal tendo em vista o protagonismo dos municípios no desenvolvimento de ações e serviços de saúde. O Plano Municipal de Saúde (PMS) é estratégico para o processo de planejamento por quatro anos, pois baseia-se no planejamento estratégico-situacional. As proposições das ações no PMS são traduzidas através dos objetivos, metas e indicadores, fornecem orientação para análise, formulação e implementação de políticas públicas (Portugal Júnior, *et al.*, 2022).

A elaborar-se o questionamento: quais as diretrizes (objetivos, metas e ações) presentes nos PMS do município de Santa Rosa, RS quanto a temática da saúde dos idosos? O objetivo deste estudo consiste em mapear as diretrizes presentes no PMS do município de Santa Rosa sobre o cuidado integral dos idosos.

METODOLOGIA

Para elaboração deste estudo utilizou-se a metodologia descritiva realizada através de análise documental. A abordagem descritiva concentrou-se em abordar os marcos históricos e legais à saúde dos idosos apresentando as leis e normativas existentes.



A abordagem, por sua vez, é qualitativa, tendo em vista que o estudo teve o intuito de aprofundar aspectos relacionados ao planejamento de saúde municipal à temática, sem o uso de métodos estatísticos e matemáticos. Já o caráter transversal foi utilizado através da inclusão dos planos municipais de saúde vigentes no período de 2014-2024. O local de estudo escolhido deste artigo é a Fundação Municipal de Saúde de Santa Rosa (FUMSSAR), destacando a evolução estratégica da gestão em saúde no município.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Integrante dos ODS, a agenda do envelhecimento também tem sido incorporada na América Latina fomentada pela Organização Pan-Americana de Saúde. Este órgão definiu os anos de 2021 a 2030 como Década do Envelhecimento Saudável nas Américas (OPAS, 2023), com o objetivo de promover uma sociedade para todos.

A segregação e a marginalização vivenciada pelos idosos, quando somadas as questões como maior prevalência de condições crônicas, incapacidades e feminização da velhice, destoam-se nas diferentes realidades em que tornam as necessidades e demandas da população idosa prementes e embasamentos para novas políticas públicas (Lourenço, *et al.*, 2018).

O Plano Municipal de Saúde (PMS) é estratégico para o processo de planejamento por quatro anos, pois baseia-se no planejamento estratégico-situacional. Tem vigência de 4 anos. Por meio dele são sistematizadas as propostas prioritárias advindas da participação popular (conselhos de saúde e conferências de saúde) e ainda possui importante papel de monitoramento e na avaliação das ações (Fuginami, Colussi, Ortiga; 2020).

Foram analisados três documentos digitais de PMS do município de Santa Rosa/ RS. O primeiro documento vigente no período de 2014 a 2017, o segundo, vigente no período 2018 a 2021 e o terceiro, no período 2022 a 2025 conforme a cronologia de sua elaboração em todos houve a definição de objetivos, metas e indicadores direcionado à saúde dos idosos.

No PMS de 2014 a 2017 o sistema de saúde descreveu como objetivo qualificar o cuidado através do estabelecimento de linha de cuidado integral de saúde do idoso mantendo a sua coordenação, através da Atenção Primária à Saúde. No documento seguinte referente



aos 2018 a 2021 houve a definição do objetivo sobre a linha de cuidado de saúde do idoso e a sinalização para ampliar a atenção domiciliar. Nos anos seguintes, o PMS dos 2022 a 2025 manteve os objetivos relacionados ao cuidado integral à saúde idoso, incluindo ainda a meta de vacinação de 95% da população idoso.

O SUS é a política pública nacional de saúde, fundamentada em princípios como descentralização, regionalização, hierarquização e participação da comunidade (Brasil, 1990a, Brasil, 1990b). Dentro do escopo legal do SUS, as ações e serviços devem ser organizados de forma articulada, em níveis crescentes de complexidade, com destaque para a APS como coordenadora do cuidado em saúde.

Ao longo do tempo, a APS tem sido defendida como a principal porta de entrada do SUS, garantindo o acesso das pessoas ao sistema de saúde. Ela contempla três componentes essenciais: acesso universal e o primeiro ponto de contato do sistema, a indissociabilidade entre saúde e desenvolvimento econômico-social e o reconhecimento dos determinantes sociais e da participação social (Giovanella, 2018).

Para além do enfoque voltado ao cuidado integral de saúde, a definição das linhas de cuidados apresenta no documento expressão de planejamento que preza pela intersetorialidade em que o cuidado de saúde é produzido de forma transversal que produz a compreensão do envelhecimento ativo e saudável, avançando no estabelecimento de uma política de cuidado integral à pessoa idosa que incorpora o conceito ampliado de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste artigo destacam a relevância do envelhecimento populacional como uma realidade crescente que desafia os gestores públicos, especialmente em nível municipal. A análise das políticas de saúde voltadas à população idosa no município de Santa Rosa/RS evidencia avanços significativos na integração das diretrizes nacionais aos planos municipais de saúde, reforçando a importância da atenção primária, da humanização do cuidado e da estruturação das Redes de Atenção à Saúde (RAS). Com um percentual de idosos acima da média nacional, Santa Rosa se posiciona como um dos territórios que mais necessitam de ações estruturadas, intersetoriais e permanente



AGRADECIMENTOS

A CAPES

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 e Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Presidência da República. **Diário Oficial da União, Brasília, 1990.**

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022.

FUGINAMI, C. N; COLUSSI, C. F; ORTIGA, A. M. B. Análise dos instrumentos de gestão elaborados pelas Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina no período de 2014 a 2017. **Revista Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, RJ, v. 44, n.126, p. 857-870, Jul-Sep, 2020, <https://doi.org/10.1590/0103-1104202012620>.

GIOVANELLA, L. Atenção básica ou atenção primária à saúde? **Cadernos de Saúde Pública**. Espaço Temático: Política Nacional da Atenção Básica. Rio de Janeiro, v. 34, n. 8, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00029818>

LOURENÇO, R.A. *et al.* Consenso brasileiro de fragilidade em idosos: conceitos, epidemiologia e instrumentos de avaliação. **Revista Geriatria e Gerontologia Aging**, Rio de Janeiro, RJ, v. 12, n. 2, p. 121-35, 2018. DOI: 10.5327/Z2447-211520181800023

OLIVEIRA, B.L.C.A.; PINHEIRO AKB. Mudanças nos comportamentos de saúde em idosos brasileiros: dados das Pesquisa Nacional de Saúde 2013 e 2019. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, 2023.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Década do envelhecimento saudável nas Américas**. Disponível em <https://www.paho.org/pt/decada-do-envelhecimento-saudavel-nas-americas-2021-2030>. Acesso em 21 de maio de 2024.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Contexto sociodemográfico e econômico do envelhecimento na América Latina**. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Washington, DC; 2023. 1//DOI: doi.org/10.37774/9789275726839

SOUZA, C. Coordenação de políticas públicas. Coleção Governos e Políticas Públicas. **Enap (Escola Nacional de Administração Pública)**, Brasília, p. 72, 2018.

PORTUGAL J. P. S; VIVALDI, G. A. D; PIURCOSKY, F. P; FORGERI, R. F; ÁVILA, M. C. Estabelecimento de um indicado de eficiência do gasto público para o desenvolvimento municipal: uma análise aplicada no Sul de Minas. **Revista Economia e Região**, Londrina, PR, v.10, n. 2, p. 161-175, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5433/2317-627X.2022v10n2p161>